

SUGESTÕES SOBRE ADOÇÃO DE STANDARDS PROBATÓRIOS PARA O PROCESSO PENAL BRASILEIRO: ANÁLISE DAS PROPOSTAS À LUZ DA TUTELA MULTINÍVEL DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

SUGGESTIONS ON THE ADOPTION OF EVIDENTIARY STANDARDS FOR THE BRAZILIAN CRIMINAL PROCEDURE: AN ANALYSIS OF THE PROPOSALS IN LIGHT OF THE MULTILEVEL PROTECTION OF WOMEN'S HUMAN RIGHTS

SUGERENCIAS SOBRE LA ADOPCIÓN DE ESTÁNDARES PROBATORIOS PARA EL PROCESO PENAL BRASILEÑO: ANÁLISIS DE LAS PROPUESTAS A LA LUZ DE LA TUTELA MULTINIVEL DE LOS DERECHOS HUMANOS DE LAS MUJERES

Maria Clara Antunes Moraes

Mestranda em Direitos Humanos, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: m.claramoraes19@gmail.com

Milena Cramar Lôndero

Mestra em Direitos Humanos, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: milena.cramar@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a adequação das propostas de standards probatórios à tutela multinível dos direitos humanos, conforme a cláusula de abertura constitucional, no que se refere à proteção dos direitos das mulheres em casos de violência doméstica e violência familiar. A metodologia adotada pelo estudo consiste em revisão bibliográfica, análise dos instrumentos normativos pertinentes e exame qualitativo acerca da incorporação de standards probatórios no ordenamento processual penal brasileiro. A hipótese central da pesquisa é a de que os estudos sobre critérios de valoração da prova não se alinham à tutela ampla dos direitos humanos, sendo confirmada ao final. Inicialmente, delimita-se a concepção de tutela multinível adotada; em seguida, apresentam-se os principais instrumentos internacionais relativos aos direitos das mulheres; por fim, analisam-se propostas de autores brasileiros sob a ótica da convencionalidade. Conclui-se que prevalece a defesa de aplicação universal dos standards, em desacordo com a normativa internacional e constitucional aplicável.

Submitted on: 11.03.2026 | Accepted on: 07.04.2026

DOI:

Palavras-chave: Constitucionalismo Multinível. Direitos Humanos. Direitos das Mulheres. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Standards Probatórios. Convencionalidade.

ABSTRACT

The present study analyzes the adequacy of proposed standards of proof to the multilevel protection of human rights under the constitutional opening clause, focusing on the protection of women's rights in cases of domestic and family violence. The methodology consists of a literature review, analysis of pertinent normative instruments, and qualitative examination of the incorporation of standards of proof into the Brazilian criminal procedural system. The central hypothesis is that studies addressing criteria for the evaluation of evidence are not aligned with the comprehensive protection of human rights, and it is confirmed. Initially, the adopted conception of multilevel protection is delimited; subsequently, the main international instruments relating to women's rights are presented; finally, proposals by Brazilian scholars are analyzed from the perspective of conventionality control. It concludes that a universal application of standards of proof prevails, contrary to Brazil's international and constitutional framework.

Keywords: Multilevel Constitutionalism. Human Rights. Women's Rights. Domestic and Family Violence Against Women. Standards of Proof. Conventionality Control.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la adecuación de las propuestas de estándares probatorios a la tutela multinivel de los derechos humanos, conforme a la cláusula de apertura constitucional, en lo que se refiere a la protección de los derechos de las mujeres en casos de violencia doméstica y familiar. La metodología adoptada consiste en una revisión bibliográfica, el análisis de los instrumentos normativos pertinentes y un examen cualitativo acerca de la incorporación de estándares probatorios en el ordenamiento procesal penal brasileño. La hipótesis central es que los estudios sobre criterios de valoración de la prueba no se alinean con la tutela amplia de los derechos humanos, siendo confirmada al final. Inicialmente, se delimita la concepción de tutela multinivel adoptada; a continuación, se presentan los principales instrumentos internacionales relativos a los derechos de las mujeres; por último, se analizan propuestas de autores brasileños bajo la óptica de la convencionalidad. Se concluye que prevalece la defensa de la aplicación universal de los estándares, en desacuerdo con la normativa internacional y constitucional aplicable.

Palabras clave: Constitucionalismo Multinivel. Derechos Humanos. Derechos de las Mujeres. Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer. Estándares Probatorios. Convencionalidad.

INTRODUÇÃO

O trabalho analisa propostas de adoção de standards probatórios no processo penal formuladas por autores brasileiros, à luz de um controle de convencionalidade baseado em tratados internacionais de direitos humanos, especialmente aqueles voltados à proteção das mulheres em contextos de violência doméstica e familiar. O objetivo central é verificar se os critérios de valoração da prova apresentados por esses autores estão alinhados com a tutela multinível dos direitos humanos no sistema de justiça brasileiro.

A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica qualitativa, realizada em plataformas como Google, Google Scholar, Periódicos CAPES, Revista dos Tribunais e Minha Biblioteca UFPR, buscando compreender o conteúdo das formulações existentes. Inicialmente, são delimitados os contornos da tutela dos direitos humanos, destacando-se que o ordenamento constitucional brasileiro integra instrumentos internacionais de proteção.

Ressalta-se que os direitos humanos não se limitam ao texto constitucional, existindo uma cláusula de abertura a normas internacionais, que, conforme entendimento do STF, possuem ao menos status supralegal quando não constitucionais. Nesse contexto, os diálogos “multinível” e o exercício da convencionalidade são essenciais para a efetivação desses direitos.

Em seguida, são examinados instrumentos específicos de proteção aos direitos humanos das mulheres, com foco na violência doméstica e familiar, incluindo recomendações dirigidas ao Estado brasileiro quanto ao tratamento processual desses casos. A análise dos textos selecionados revela que a maioria das propostas e argumentações não considera a tutela multinível dos direitos humanos nem realiza uma leitura sistemática da Constituição, restringindo-se a uma abordagem garantista clássica centrada na presunção de inocência. Ademais, não há indicação de como aplicar tais critérios em casos de violência contra a mulher, e algumas propostas defendem aplicação universal e indiscriminada dos standards probatórios, evidenciando incompatibilidade com os compromissos internacionais e constitucionais assumidos pelo Brasil.

TUTELA MULTINÍVEL

Rompendo o regime autoritário civil-empresarial-militar instalado em 1964, a Constituição Federal de 1988 demarcou a nova fase democrática do Estado brasileiro, em um contexto determinante para a configuração dos direitos fundamentais em sua forma atual. O pacto político-social foi renovado e, relativamente, estabeleceu-se o controle civil sobre as forças militares.¹

Nesse panorama, consolidaram-se garantias e direitos fundamentais, com proteção específica de setores vulneráveis da sociedade brasileira.² Tais direitos foram inseridos na agenda internacional do país, promovendo, no plano interno, a internacionalização da proteção aos direitos humanos.³

Os direitos fundamentais relacionam-se à democratização do país, ante o condicionamento da realização do princípio democrático à previsão de garantias e direitos fundamentais.⁴ Essa relação reflete nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (artigo 3º da Constituição): a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos. Em complemento, estão os princípios previstos no artigo 4º da Constituição, com a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A Constituição da República estabelece os direitos humanos como primado para a atuação internacional do Brasil e promove a integração entre a ordem jurídica interna e os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.⁵ A soberania estatal é, assim, flexibilizada: estabeleceram-se condicionamentos à noção de soberania nacional, pois a prevalência dos direitos

¹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

humanos é pressuposto do Estado Democrático de Direito ideal, conforme as normas constitucionais.⁶

No âmbito interno, a dignidade da pessoa humana é o centro do direito constitucional ocidental, com primazia reconhecida nacional e internacionalmente, demonstrando a profunda abertura e diálogo entre os sistemas de proteção de direitos humanos.⁷ Assim, a Constituição da República abre o direito constitucional brasileiro aos preceitos de direitos humanos ao ancorar o ordenamento em princípios e na primazia dos direitos fundamentais.

A cláusula de abertura constitucional aos direitos humanos, já sinalizada no artigo 4º da Constituição da República, está expressa no artigo 5º, parágrafo 2º, da Carta, incluindo-se os de matriz internacional e consagrando o princípio de não exaustividade dos direitos fundamentais trazidos no rol do referido artigo.⁸

Nesse ponto, abre-se uma discussão relevante em relação à abertura constitucional aos direitos humanos: o status legal dos tratados internacionais em matéria de direitos humanos. Não se pretende, neste artigo, esgotar o tema, limitando-se a abordagem a uma perspectiva prática sobre a hierarquia das normas em questão.

Após a Emenda Constitucional 45/2004, o STF definiu que os tratados internacionais em matéria de direitos humanos adquirem o mesmo status de emenda constitucional ao serem aprovados pelo rito específico. Contudo, a dúvida sobre o status legal permanece em relação aos tratados ratificados anteriormente à inovação constitucional e aqueles ratificados em rito diverso.

Apesar de ser possível afirmar, com base no texto constitucional, que os tratados internacionais em matéria de direitos humanos possuem, sempre, natureza constitucional material,⁹ os tratados internacionais não aprovados pelo

⁶ Ibidem.

⁷ CRUZ, Julia Cunha; Piovesan, Flavia. **Curso de Direitos Humanos: sistema interamericano**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem; MAZZUOLI, Valerio Oliveira. O novo § 3º do art. 5º da Constituição e sua eficácia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 42, n. 167, p. 93-114, jul./set. 2005; PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Op. cit.

rito específico têm status de norma supralegal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE 466.343/2008 e HC 87585/2008.¹⁰

Os sistemas latino-americanos incorporam o direito internacional dos direitos humanos pela obrigação de adequação interna do artigo 2º da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969,¹¹ mediante medidas legislativas ou estatais em geral,¹² conforme se verá adiante.

Portanto, tanto o bloco de constitucionalidade dos ordenamentos latino-americanos quanto a ordem jurídica interamericana seguem em expansão; sendo a Convenção Americana de Direitos Humanos um instrumento vivo, junto à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, aos atos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e aos demais documentos internacionais dos sistemas regional e global.¹³

Assim, a compreensão do bloco de constitucionalidade brasileiro em sua totalidade, exige a consideração dos âmbitos nacional, regional e global – como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Logo, para qualquer passo dos agentes estatais, deve(ria) ser feito um cotejo de todas essas normas coexistentes, a fim de não se promover atos inconstitucionais – já que contrários ao bloco constitucional.

¹⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 466.343-1/SP. Relator: Ministro Cezar Peluso. j. 3 dez. 2008. DJe. 11 dez. 2008. Brasília: STF, 2008. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2343529&numeroProcesso=466343&classeProcesso=RE&numeroTema=60>>. Acesso em: 25 jul. 2025; BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 87.585-8/TO. Relator: Min. Marco Aurélio. j. 3 dez. 2008. DJe. 25 jun. 2009. Brasília: STF, 2008. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/integra-do-voto-do-ministro-celso-de-mello-sobre-a-prisao-civil-de-depositario-infiel/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

¹¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Convenção Americana sobre Direitos Humanos: anotada com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 2. ed. em e-book. Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), 1969. San José, Costa Rica: Organização dos Estados Americanos, 1969. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/tratados_B-32_Convencao_Americana_sobre_Direitos_Humanos.htm>. Acesso em: 8 mar. 2026.

¹² BORGES, Bruno Barbosa; Piovesan, Flávia. Mecanismos nacionais de implementação das decisões do sistema interamericano. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 81, p. 191-212, jul./dez. 2022.

¹³ Ibidem, p. 192.

As discussões sobre legitimidade, alcance e hierarquia dos direitos humanos sempre foram uma grande preocupação nos estudos de Direito Internacional e Constitucional, abarcando desde a busca pela sua “natureza” até a força normativa que podem assumir em casos concretos. Nessa discussão, Bobbio¹⁴ traz a legitimação dos direitos humanos pelo consenso dos países envolvidos acerca de sua validade - ou seja, simplificando, os direitos enunciados em tratados internacionais são válidos porque os signatários assim concordam¹⁵.

A partir desse consenso, o foco passa à efetivação dos direitos dos quais o lastro seria a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.¹⁶ Ainda que Norberto Bobbio¹⁷ aponte essa declaração como uma base, o autor sustenta a ideia de que esses direitos estão em permanente construção. É fundamental reconhecer-se que os direitos elencados nesse instrumento são os direitos “do homem” histórico daquele período e daquele espaço/local, concebido de forma idealizada pelos redatores do texto; dessa forma, conforme se altera a organização da vida humana, geram-se novas “demandas de liberdades e de poderes”.¹⁸

No discurso dos direitos humanos, não é possível definir uma sociedade de direitos humanos, pois normas são estáticas e sociedades, dinâmicas, ao passo que os enunciados são estáticos.¹⁹ As sociedades de direitos humanos são, então, sociedades do futuro, porque “seu princípio está sempre ainda para ser declarado e alcançado”, firmando, no presente, “uma comunidade de obrigação para com o Outro singular e único e suas necessidades concretas”.²⁰

¹⁴ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7. reimpr. 97 p.

¹⁵ Acerca dos paradoxos, limites, possibilidades e o “fim dos direitos humanos”, cf.: DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Trad.: Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

¹⁶ FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789. Trad.: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025; BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Op. cit.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem, p. 20.

¹⁹ DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Op. cit., p. 362.

²⁰ Ibidem.

Instrumentos nacionais, regionais e globais convivem e complementam-se, afirmando a indivisibilidade dos direitos humanos, consolidada pela II Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993. Assim, condicionam a dignidade humana à proteção de todos os direitos essenciais para a realização plena das pessoas²¹ e abrem a possibilidade de novos instrumentos internacionais.²²

Somados aos documentos já mencionados, há uma rede de instrumentos de proteção, de *hard law* e *soft law*,²³ destacando-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979 e seu protocolo facultativo de 1999, voltados à proteção de um grupo em situação especial de vulnerabilidade, de sujeitas socialmente situadas.²⁴

No plano regional, está o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), por meio do qual se estabelece parâmetros de proteção de direitos humanos na região.²⁵

Nesse corpus iuris, estão a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), complementada pelo Protocolo de São Salvador (1988), base normativa do Sistema Interamericano e dos parâmetros de proteção.²⁶ Incluem-se, no que concerne ao tema deste artigo, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir

²¹ CRUZ, Julia Cunha; Piovesan, Flavia. **Curso de Direitos Humanos: sistema interamericano**. Op. cit.

²² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Universal Declaration of Human Rights. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>>. Trad. disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

²³ Em suma, *soft law* é a expressão usada, nos estudos de direito internacional, para designar acordos, princípios e declarações não vinculativos, a exemplo das resoluções da Assembleia Geral da ONU. Já *hard law* define as obrigações legais que são vinculativas para as partes envolvidas, passíveis de exigência de cumprimento. Cf.: Centro Europeu para os Direitos Constitucionais e Humanos - ECCHR. Glossário. Disponível em: <<https://www.ecchr.eu/en/glossary/hard-law-soft-law/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

²⁴ CRUZ, Julia Cunha; Piovesan, Flavia. **Curso de Direitos Humanos: sistema interamericano**. Op. cit., p. 73.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada em 1994, em Belém do Pará, e vigente a partir de 5 de março de 1995.

O sistema interamericano representa um constitucionalismo regional com piso mínimo de proteção, resultando em uma aceitação, pelo Estado-membro, do monitoramento internacional – ação suplementar, adicional e subsidiária. Todavia, recai sobre o Estado a responsabilidade primária sobre a proteção dos direitos humanos.²⁷

Os direitos humanos em sua forma atual, assim, exigem uma nova postura temática: os diálogos entre os diferentes planos protetivos para que os direitos humanos preconizados internacional e nacionalmente sejam realizados. Essa especialidade multinível dos direitos humanos é direcionada pelo princípio pro persona, considerando-se a pessoa como centro do pensamento.²⁸

Apesar do consenso sobre a validade das normas, há divergências entre as ordens internas dos Estados envolvidos, mantendo-se o processo dialético do diálogo e a pluralidade interna e regional.²⁹ Essa realidade é condizente com a tutela dos direitos humanos em uma sociedade que cada vez mais questiona tendências à uniformização/universalização outrora pretendida.

O controle de convencionalidade instrumentaliza essas diferentes ordens normativas, segundo os artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos e os princípios da boa-fé, do efeito útil das convenções e pacta sunt servanda.³⁰ Normas internas incompatíveis com o piso/standard mínimo de proteção devem ser consideradas inaplicáveis pelo controle de convencionalidade,³¹ exigindo cooperação estatal e atuação da sociedade civil para efetivar direitos e, desse modo, realizar o potencial transformador do direito.

²⁷ PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

²⁸ FACHIN, Melina. Constitucionalismo multinível: diálogos e(m) direitos humanos. **Revista Ibérica do Direito**, v. 1, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2020.

²⁹ Ibidem.

³⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Convenção Americana sobre Direitos Humanos: anotada com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Op. cit.; BORGES, Bruno Barbosa; Piovesan, Flávia. Mecanismos nacionais de implementação das decisões do sistema interamericano. Op. cit.

³¹ Ibidem.

Dirigindo esse cenário para o objetivo deste trabalho, tem-se a evidente e expressa necessidade de se considerar o controle de convencionalidade e constitucionalidade para se propor qualquer inovação legislativa ou diretrizes jurisprudenciais expressas. Assim, ao se sugerir a inovação do ordenamento para a definição objetiva de standards probatórios, é imperioso que seja feito tal controle, razão pela qual se fez pertinente este item de desenvolvimento do texto.

A efetivação dos direitos é o principal desafio no tangente aos direitos humanos – já que a enunciação seria apenas a etapa primeira e mais simples, sendo o problema atual “não filosófico, mas político”.³² Inovações jurídicas devem observar a normativa de direitos humanos, pois sua efetividade depende de mecanismos nacionais de implementação – e não de mais barreiras ou propostas inviáveis no ordenamento.³³

Demonstrado o panorama geral sobre a tutela multinível dos direitos humanos, passa-se à análise dos direitos humanos das mulheres na ordem internacional e nacional.

DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Há instrumentos globais, regionais e internos que protegem os direitos humanos das mulheres, complementando aos sistemas geral e especial de proteção dos direitos humanos.³⁴ Aprovada pelas Nações Unidas em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher,³⁵ promulgada por meio do Decreto

³² BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Op. cit., p. 16.

³³ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; ROBLES, Manuel E. Ventura. **El futuro de la Corte Interamericana de Derechos Humanos e UNHCR**, 2004, p. 91; BORGES, Bruno Barbosa; Piovesan, Flávia. Mecanismos nacionais de implementação das decisões do sistema interamericano. Op. cit.

³⁴ PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. Op. cit.

³⁵ Sem se ignorar a questão, aqui não se pretende analisar em específico os diferentes marcadores incidentes sobre os corpos das pessoas lidas socialmente ou autoidentificadas segundo o gênero “mulher”, especialmente no que diz respeito a mulheres cisgênero e transgênero/travestis. Pretende-se uma visão mais ampla sobre o grupo mulheres, abarcando todas as pessoas assim autoidentificadas, podendo ser objeto de outros estudos a observação da tutela multinível no que tange aos diferentes marcadores sociais como raça e gênero.

89.460/1984,³⁶ fundamenta-se na eliminação da discriminação e garantia da igualdade como obrigação e objetivo.³⁷

Para Silvia Pimentel, a CEDAW é a “Grande Carta Magna” dos direitos das mulheres, reforçada pelo Protocolo Facultativo da CEDAW de 1999, com ratificação pelo Brasil em 2002, promulgado por meio do Decreto 4.316/2002.³⁸ A CEDAW define discriminação contra a mulher a partir das ações cujo objetivo ou resultado seja o prejuízo da igualdade entre mulheres, e sua eliminação é considerada urgente e fundamental para a realização dessas pessoas em termos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.³⁹

A CEDAW é o instrumento internacional sobre direitos humanos com mais reservas, refletindo a dicotomia entre os espaços público e privado⁴⁰ e a sua complexidade em questões de direito material e processual. No processo, a prova em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher é justamente marcada pela dicotomia público-privado, ainda que muitos autores em processo penal não abordem o tema de forma aprofundada.

Em complemento à CEDAW, a Declaração sobre Eliminação da Violência contra a Mulher é adotada em 1993 pela ONU por meio da Resolução 48/104,⁴¹ na qual se define a violência contra a mulher a partir de um padrão de violência

³⁶ Posteriormente revogado pelo Decreto 4.377/2002.

³⁷ PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. Op. cit.

³⁸ PIMENTEL, Silvia. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, 1979. In: FROSSARD, Heloisa (org.). **Instrumentos Internacionais de Direito das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

³⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Nova York, 18 dez. 1979 <<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>>. Trad. disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>. PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. Op. cit.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Background: International Day for the Elimination of Violence against Women. United Nations, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.un.org/en/observances/ending-violence-against-women-day/background>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

específico, pautado no gênero.⁴² Mediante esse documento, há a inclusão expressa do domínio privado na proteção dos direitos das mulheres.⁴³

No sistema regional interamericano, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher em 1994 – Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995 e promulgada em 1996, aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, trata da violência contra a mulher em contexto regional.⁴⁴ A Convenção reconhece essa violência como violação de direitos humanos, decorrente de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres,⁴⁵ manifestada na esfera pública ou na esfera privada.⁴⁶

A Convenção impõe aos Estados o combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres e aplicação de perspectiva de gênero em todas as ações e omissões dos agentes estatais.⁴⁷ Aliás, para o combate à violência, há obrigações estatais para a formação de uma estrutura normativa interna que possibilite a prevenção, investigação e punição dos atos de violência.⁴⁸

O sistema interamericano reconhece a violência como dado estrutural das sociedades envolvidas no sistema, decorrente da condição de ser mulher.⁴⁹ A

⁴² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres: Resolução 48/104, 20 de dez. de 1993. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <<https://docs.un.org/a/res/48/104>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

⁴³ PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. Op. cit., p. 154.

⁴⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará, 1994. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao-belém1994.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, maio/ago. 2015.

⁴⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará. Op. cit.; BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha.

⁴⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará. Op. cit.; PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. Op. cit.,

⁴⁹ FACHIN, Melina Girardi; OLSEN, Ana Carolina Lopes. Perspectiva de gênero na Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista CNJ: Mulheres e Justiça**, ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/344>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Convenção ainda consagra, em seu artigo 9º, a perspectiva interseccional dos marcadores sociais incidentes sobre determinado corpo.⁵⁰ Em 1995, na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Pequim, lançou-se um guia geral para o aprimoramento das medidas de promoção de igualdade, concebendo o gênero como construção social passível de mudança.⁵¹

Além dos principais instrumentos relacionados ao tema, há recomendações internacionais “gerais”, regionais e aquelas direcionadas ao Estado brasileiro, das quais se destacam a recomendação no caso Maria da Penha vs. Brasil, a condenação no caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil e as recomendações 28, 33 e 35 do Comitê CEDAW.⁵²

Em decorrência do caso Maria da Penha vs. Brasil e de um grande movimento interno no país, promulgou-se a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. No caso levado à Comissão IDH, reconheceu-se a falta de acesso à justiça em prazo razoável e a discriminação contra mulheres vítimas desse tipo de violência. Isso ocorreu em razão da ineficácia dos sistemas judiciais e da inadequada aplicação dos preceitos internacionais e nacionais no ordenamento brasileiro, aplicando-se a perspectiva multinível.⁵³

A Recomendação Geral 28 do Comitê CEDAW ressalta que a finalidade da Convenção Americana é a eliminação de todas as formas de discriminação,

⁵⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará. Op. cit.

⁵¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Pequim, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

⁵² NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS - Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo et al. **Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU: Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**. Coordenação: André de Carvalho Ramos et al. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www2.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/31/Caderno%20ONU02122020.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

⁵³ MARIA DA PENHA vs. Brasil. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos. **Relatório Anual 2000**, Relatório n. 54/01, Caso 12.501, 4 abr. 2001. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMariadaPenha.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

baseadas em sexo e gênero, contra as mulheres; primando-se pelo exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais em todas as esferas da vida as mulheres.⁵⁴ Além disso, a referida recomendação explicita o dever de os Estado-parte reconhecerem legalmente as formas cruzadas de discriminação no caso concreto.

A Recomendação Geral 33 do Comitê CEDAW enfatiza o acesso à justiça pelas mulheres, com o tratamento dos casos de forma sensível a gênero, inclusive com revisão sobre o ônus probatório para efetivar a igualdade entre as partes do processo.⁵⁵ Já a Recomendação Geral 35 do Comitê CEDAW busca acelerar a eliminação da discriminação de gênero contra as mulheres, destacando sua persistência e a influência do direito em sua tolerância social.⁵⁶

Não viabilizando a realização dos direitos humanos das mulheres, constata-se a influência que o direito detém em contribuir com a aceitação social desse tipo de violência, que ainda é considerado, muitas vezes, como uma questão privada e não coletiva; o que a própria Maria da Penha destaca como sendo um “*descumprimento das leis que regem a sociedade brasileira, a tolerância e benevolência em sua aplicação, estimulam a prática de hábitos que desafiam a própria justiça*”.⁵⁷

A Recomendação Geral 35 designa, expressamente, o Estado-parte como responsável pelos atos e omissões de seus agentes, inclusive os representantes do Poder Judiciário em relação ao padrão de prova exigido para o julgamento dos casos, já que diretamente ligado ao direito de igualdade perante a lei, ao julgamento justo e ao direito a uma reparação efetiva.⁵⁸

⁵⁴ NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS - Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo et al. **Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU: Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**. Op. cit.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi - posso contar**. 2. reimp., 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012, p. 118.

⁵⁸ NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS - Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo et al. **Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU: Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**. Op. cit.

Destaca-se, pontual e brevemente, devido à importância do documento e as recomendações internacionais nesse sentido, a adoção do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Recomendação 128 de 2022, para capacitação do sistema de justiça em termos de efetivação da igualdade substancial de fato entre homens e mulheres.⁵⁹

O protocolo foi adotado em função da determinação da Corte IDH no caso *Barbosa e Outros vs. Brasil*, conforme sentença de 07 de setembro de 2021, na seção intitulada “Garantias de não repetição”. O caso versa especificamente sobre o feminicídio, mas faz as determinações a partir de um panorama do Brasil em relação à violência contra as mulheres, constatando que, ao contrário do que dispõe a Lei Maria da Penha, o país não conta com um registro de dados precisos e coerentes sobre esse tipo de violência. Ainda, houve a constatação de que o Brasil não adotou, no caso, uma perspectiva de gênero na investigação e no processo penal em questão.⁶⁰

Partindo para o cenário regional, a adoção de protocolos semelhantes já foi solicitada nos casos *González e Outras vs. México* (2009) - “Campo Algodoeiro” e outros que se seguiram, como veremos adiante. Nesses casos, reiterou-se o posicionamento da Corte sobre a insuficiência apenas da abstenção da violação de direitos, que deve ser acompanhada da adoção de medidas positivas e determináveis em função das necessidades particulares do(a) sujeito(a) de direito ou da situação envolvida.

As obrigações dos Estados, em deveres positivos e negativos, ocorrem tanto na prevenção, investigação e sanção dos casos que se lhe apresentam, no sentido do artigo 7.b da Convenção de Belém do Pará (1995), da Declaração

⁵⁹ FACHIN, Melina Girardi et al. Tornando real o direito à igualdade entre mulheres e homens: o protocolo do CNJ para julgamento com perspectiva de gênero. **Elas no Jota**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-no-jota/cnj-igualdade-mulheres-e-homens-04112021>. Acesso em: 25 jul. 2025

⁶⁰ BARBOSA DE SOUZA E OUTROS vs. Brasil. **Corte Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher (1993) e do que é constantemente reiterado pela Corte IDH.

O dever de investigação é uma obrigação de meio, a qual deve ser assumida pelos Estados como um dever jurídico próprio e não apenas uma formalidade previamente condenada ao fracasso; evitando, assim, impunidade e repetição de violações.⁶¹

Ainda no contexto de condenações do México, a Corte IDH reconheceu que crimes sexuais, por serem um tipo particular de violência, não exigem provas documentais, sendo a declaração da vítima prova fundamental, sem exclusão de demais elementos.⁶² Nesses casos, constatou-se que a falha estatal a produção de provas e investigação compromete a responsabilização, exigindo-se atuação conforme a Convenção Americana.

As autoridades internas estão sujeitas ao comando da lei e, portanto, estão obrigadas a aplicar normas internas e tratados internacionais, submetendo-se ao controle de convencionalidade nas esferas do executivo, legislativo e judiciário.⁶³ Há múltiplas normas sobre direitos humanos das mulheres, reconhecendo a violência doméstica como violação de direitos humanos e exigindo julgamento com perspectiva de gênero e interseccionalidade, complexidade a qual se buscou destacar, brevemente, neste item.⁶⁴

⁶¹ GONZÁLEZ E OUTRAS VS. MÉXICO. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 16 nov. 2009. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 8 jan. 2026;

⁶² FERNANDÉZ ORTEGA VS. MÉXICO. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 30 ago. 2010. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_215_por.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 8 jan. 2026.

⁶³ Ibidem

⁶⁴ Cita-se, para registro, outros casos consultados: Véliz Franco e Outro vs. Guatemala. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 9 mai. 2014. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_277_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 8 jan. 2026. Mulheres Vítimas de Tortura Sexual em Atenco vs. México. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_371_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 8 jan. 2026. Guzmán Albarracín vs. Equador. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_405_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 8

As Convenções refletem o consenso internacional sobre a urgência de eliminar discriminação e violência, sendo os direitos das mulheres fundamentais para a plena efetivação da realização dos direitos humanos nos diferentes países com esse objetivo. Nesse sentido, “*não há direitos humanos sem a plena observância dos direitos das mulheres, ou seja, não há direitos humanos sem que metade da população mundial exerça, em igualdade de condições, os direitos mais fundamentais*”.⁶⁵

Procede-se, então, à análise das propostas de adoção de *standards* probatórios no processo penal brasileiro, a fim de se verificar se existe, ou não, entre as argumentações atuais sobre a legislação processual penal, observância à normativa internacional concernente aos direitos humanos das mulheres.

AS PROPOSTAS DE ADOÇÃO DE STANDARDS PROBATÓRIOS AO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Para fins metodológicos, nesse item, foram selecionadas produções acadêmicas, mediante pesquisa com as palavras-chave “standards probatórios” e “standards de prova” nas plataformas “Google Scholar”, “Revista dos Tribunais” e “Periódicos CAPES”. Dentre os resultados, selecionaram-se os artigos cujo objeto é estudo dos standards probatórios e, em certa medida, a proposta de inovar o ordenamento jurídico brasileiro – ou seja, em suma, selecionaram-se autores brasileiros.

Os trabalhos foram filtrados por leitura dos resumos, sendo mantidos aqueles percebidos pelas pesquisadoras como fundamentais para o estudo por

jan. 2026. Bedoya Lima e Outra vs. Colômbia. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cor-teidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_431_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 8

jan. 2026. Angulo Losada vs. Bolívia. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cor-teidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_475_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 8

jan. 2026. Beatriz e Outros vs. El Salvador. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cor-teidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_549_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 8

jan. 2026.

⁶⁵ PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. Op. cit., p. 155.

serem mais citados por outros autores, a fim de se realizar uma pesquisa qualitativa sobre as principais propostas encontradas. A proposta deste artigo é, portanto, a realização de uma pesquisa qualitativa sobre o tema, não se excluindo outras formas de se abordar a questão.

A análise dos standards probatórios exige, em apertada síntese, um caminho teórico necessário para a compreensão do instituto e ponderações realizadas sobre ele. A questão da prova é fundamental ao se trabalhar o direito processual penal, visto que, junto ao processo penal, dão o caminho para o convencimento do julgador e legitimação da decisão decorrente desse processo cognitivo.⁶⁶

O devido processo legal fundamenta o Estado de Direito ao limitar o uso da força e garantir os direitos fundamentais.⁶⁷ A presunção de inocência, tanto como regra propriamente dita quanto elemento de legitimação de eventual decisão condenatória no processo penal, é central no processo penal, legitimando a condenação com base em prova – “não há pena sem processo”.⁶⁸

O jurista italiano Luigi Ferrajoli influencia os estudos sobre standards probatórios ao propor a otimização da racionalidade no processo penal – se é que isso seria existente e que haveria uma fórmula mágica para tanto; destacando-se, para os trabalhos locais, a grande relevância do pensamento garantista do autor, lastreado nos dez axiomas⁶⁹ por ele desenvolvidos.

O garantismo exige controle empírico como fundamento no processo penal na configuração do Estado de Direito, para verificação ou refutação da tese acusatória, afastando-se a busca da verdade real. Nesse modelo, cabe ao

⁶⁶ LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

⁶⁷ PRADO, Geraldo. **Prova Penal e Sistemas de Controles Epistêmicos**: A quebra da cadeira de custódia das provas obtidas por métodos ocultos. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Para maior aprofundamento, conferir: FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Tradução: CHOUKR, Fauzi Hassan; GOMES, Luis Flávio; TAVARES, Juarez; ZOMER, Ana Paula. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002; PRADO, Geraldo. **Prova Penal e Sistemas de Controles Epistêmicos**: A quebra da cadeira de custódia das provas obtidas por métodos ocultos. Op. cit.

acusador demonstrar a existência do fato (ônus da prova) e a veracidade da imputação (ônus do convencimento).⁷⁰

O processo penal pode ser entendido a partir da concepção racionalista da prova penal, sendo a teoria da verdade a de correspondência. A verdade judicial seria o grau adequado de confirmação racional das afirmações, não objetivando a verdade absoluta.⁷¹

Apesar disso, a realidade influencia a justiça da decisão, razão de exigirem-se mecanismos probatórios voltados à descoberta da verdade – investigação, admissão, valoração da prova. Regras probatórias visam a uma verdade controlável, entre demais critérios lógicos e epistemológicos, baseada na “verificabilidade” ou “falsificabilidade” da hipótese acusatória, conforme a teoria desenvolvida por Ferrajoli.⁷²

Além dessa verdade processual, o processo penal tutela valores como dignidade humana e duração razoável do processo, por exemplo, com a exclusão de provas impertinentes.⁷³ Badaró, inclinado à análise de direito comparado, aponta os standards como úteis para as regras probatórias, construindo seu pensamento a partir de diversos autores estrangeiros, destacando-se Laudan e Taruffo.⁷⁴

Prado⁷⁵ e Badaró⁷⁶ fundamentam teoricamente os standards probatórios para conferir maior objetividade ao funcionamento dos critérios de prova,

⁷⁰ PRADO, Geraldo. **Prova Penal e Sistemas de Controles Epistêmicos**: A quebra da cadeira de custódia das provas obtidas por métodos ocultos. Op. cit.

⁷¹ BADARÓ, Gustavo. Editorial dossiê Prova Penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, v. 4, n. 1, p. 43-80, jan./abr. 2018.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Cf. TARUFFO, Michele. **La prueba de los hechos**. Tradução: Jordi Ferrer Beltrán. Madrid: Editorial Trotta, 2002; TARUFFO, Michele. Tres observaciones sobre “por qué um estándar de prueba subjetivo y ambiguo no es un estándar”, de Larry Laudan. Traduzido por: Jordi Ferrer Beltrán. Universidad de Pavia. **Doxa** 28. 2005; LAUDAN, Larry. **Truth, error, and criminal law**. An essay in legal epistemology. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁷⁵ PRADO, Geraldo. **Prova Penal e Sistemas de Controles Epistêmicos**: A quebra da cadeira de custódia das provas obtidas por métodos ocultos. Op. cit.

⁷⁶ BADARÓ, Gustavo. Editorial dossiê Prova Penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos. Op. cit.

todavia, nenhum dos autores desenvolve proposta prática para operacionalização do instituto. Destaca-se que Badaró⁷⁷ considera que os critérios de valoração da prova devem ter pretensão de aplicação universal, no sentido de que o sistema idealizado não faria distinção da aplicação dos standards probatórios a depender da natureza do crime sob análise.

Essa aplicação universal, segundo uma fórmula binária, ignora as particularidades do caso concreto, em sentido contrário a abertura do viés geral ao particular para ambos funcionarem em complementaridade.⁷⁸ Em casos de violência contra a mulher, o ônus probatório e a equalização das partes no processo em casos de violência doméstica e familiar - e contra a mulher em geral - devem ser pensados à luz da proteção dos direitos humanos da mulher, tendo em vista as construções materiais - e ideológicas - que levam aqueles sujeitos e aquelas sujeitas a ocuparem os espaços sociais.

Conforme as recomendações gerais e específicas ao Brasil, especialmente a condenação do Brasil no caso *Barbosa de Souza e outros vs. Brasil*, a qual está citada entre as razões para a formulação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero; conclui-se que o julgamento de casos de violência doméstica e familiar de maneira alheia ao gênero está em descompasso com os compromissos internacionais e nacionais assumidos pelo país. Portanto, essa pretensão de aplicação universal deve ser revista, já que o mínimo esperado é que qualquer proposta de uniformização dos critérios objetivos para valoração da prova é uma análise do ordenamento em sua completude

A partir de uma matriz anglo-saxã, os standards são compreendidos como a quantidade de prova necessária para fundamentar uma decisão; tratando-se do grau de confirmação da hipótese acusatória. A jurisprudência majoritária aplicaria o standard probatório adotando o “proof beyond a reasonable doubt” (prova além da dúvida razoável), o qual preservaria a presunção de inocência.⁷⁹

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ FACHIN, Melina. *Constitucionalismo multinível: diálogos e(m) direitos humanos*. Op. cit.

⁷⁹ LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. Op. cit.

No processo penal brasileiro, não há definição taxativa de standard probatório, por lei ou por entendimento jurisprudencial, pois o sistema de valoração da prova no país é regido pela livre apreciação da prova produzida em contraditório, segundo o artigo 155 do Código de Processo Penal.

Lucchesi,⁸⁰ após analisar decisões judiciais, conclui que a aplicação do referido standard limita-se a uma função retórica, trazendo a necessidade de se repensar o ônus da prova no processo penal brasileiro. O autor discorre sobre argumentações gerais acerca da necessidade de adoção dos critérios de valoração, sem propor uma sistematização dos standards e sem mencionar o alcance de sua aplicação.

Vinícius Vasconcellos,⁸¹ inspirado nas ideias de Gustavo Badaró, apresenta uma formulação inspirada no modelo estadunidense para a definição dos critérios objetivos de valoração das provas, com base no dever de motivação (art. 93, IX, CF), visando à instituição de um mecanismo garantista otimizado em relação àquele em que seria inspirado. Lopes Jr.⁸² defende que a opção política pela preferência de absolvição de um responsável em comparação à condenação de um inocente já está evidente no texto constitucional, com a consagração da presunção de inocência.

Verifica-se, então, que para Lopes Jr.⁸³ e Vasconcellos,⁸⁴ os standards probatórios teriam aplicação universal, afinal, a própria natureza do instituto na forma emprestada assim o exigiria.⁸⁵ É de se salientar, ainda, que as ideias de

⁸⁰ LUCCHESI, Guilherme Brenner. O necessário desenvolvimento de standards probatórios compatíveis com o direito processual penal brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 156, p. 165-188, jun. 2019.

⁸¹ VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. Standard probatório para condenação e dúvida razoável no processo penal: análise das possíveis contribuições ao ordenamento brasileiro. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Revista de Direito GV**: São Paulo. v. 16. n. 2. e1961. 2020.

⁸² LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. Op. cit.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. Standard probatório para condenação e dúvida razoável no processo penal: análise das possíveis contribuições ao ordenamento brasileiro. Op. cit.

⁸⁵ Note-se que a breve inserção legislativa proposta por Vasconcellos não considera a quais casos os critérios objetivos seriam aplicáveis ou não, tampouco mencionando eventual flexibilização/rebaixamento em função da natureza do delito.

Aury Lopes Jr.⁸⁶ são evidentemente contrárias aos compromissos internacionais e normativas constitucionais - ainda que sequer as mencione em seu trabalho -, pois o autor afirma que os standards probatórios não devem se “influenciar” pela perspectiva de gênero, mantendo o processo como um instrumento “neutro”,⁸⁷ mesmo diante do contexto de profundas desigualdades em relações de poder, políticas, culturais, econômicas e sociais que marca o país.

Contudo, os autores parecem seguir ignorando a existência das normativas acerca dos direitos humanos e do piso protetivo mínimo, preferindo discorrer sobre formulações estrangeiras do Norte global como a solução mágica para o Brasil. Veja-se, ainda, que tal solução seria baseada numa fórmula matemática exposta por Laudan sobre a “distribuição de erros” no processo penal estadunidense a ser “adaptada” para resolver os problemas do ordenamento jurídico pátrio.⁸⁸

Ao tratar das diferentes fases processuais, Lopes Jr.⁸⁹ entende que o standard probatório “além da dúvida razoável” pode ser rebaixado a depender do momento processual, o que não se confunde com a natureza do crime. Destaca-se a seguinte passagem: “*absolutamente equivocada a prática decisória brasileira [...] supervalorizar a palavra da vítima em determinados crimes (violência doméstica, crimes sexuais) [...] e admitir a condenação exclusivamente com base na palavra da vítima*”.⁹⁰⁹¹

Lopes Jr. e Rosa⁹² alegam que o controle epistêmico da valoração da prova é um mecanismo de controle do poder punitivo do Estado e ressaltam

⁸⁶ LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. Op. cit.

⁸⁷ Mesmo porque a postura neutra não seria condizente com o direito como um instrumento de superação das fortes desigualdades sociais, econômicas, de gênero, raça, entre outras, presentes no país; o que já foi reconhecido internacionalmente, conforme discorrido no item 2.

⁸⁸ VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. Standard probatório para condenação e dúvida razoável no processo penal: análise das possíveis contribuições ao ordenamento brasileiro. Op. cit.

⁸⁹ LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. Op. cit.

⁹⁰ Ibidem, p. 130.

⁹¹ Comenta-se, brevemente, que o autor faz tal afirmação, contudo, não apresenta fontes com metodologia quantitativa suficiente para fazer a afirmação ampla e geral de que os juízes condenem as pessoas exclusivamente com base na palavra da vítima

⁹² LOPES JR., Aury; ROSA, Alexandre Moraes da. Sobre o uso do standard probatório no processo penal. *Consultor Jurídico*, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal>. Acesso em: 29 jun. 2025.

como um equívoco a “supervalorização” da palavra da vítima e a consequência de condenações nela fundamentadas exclusivamente. Evidencia-se, portanto, a posição diametralmente oposta de tais ideias em relação a todo o *corpus iuris* desenvolvido pelos sistemas global, interamericano e constitucional brasileiro.

Peixoto⁹³ relaciona a presunção de inocência à alta exigência probatória, mas rejeita um standard único para a decisão condenatória penal, defendendo sua variação conforme bens jurídicos e riscos de erro. O autor propõe standards graduais: probabilidade altíssima, alta e prevalente; sendo as duas primeiras aplicáveis ao processo penal conforme a pena máxima em abstrato. Embora estejam presentes discussões sobre decisões estrangeiras que ponderam acerca dos standards em casos que envolvem delitos sexuais, o Autor se propõe a sugerir o instituto de modo genérico e com pretensão universal de aplicação no processo brasileiro como um todo.

Moraes e Puhl⁹⁴ apontam ausência de standards no Brasil, gerando subjetivismo judicial na valoração da prova. Afirmam que os países que não adotam standards probatórios específicos acabam por tornar o sistema falho, visto que o juiz fixará seu próprio standard e verificará se há provas suficientes para seu convencimento pessoal.

Os autores citam a proposta de alteração legislativa formulada por Vasconcellos,⁹⁵ deixando de apresentar nova proposta concreta de alteração legislativa ou direcionamento jurisprudencial. Verifica-se que a argumentação dos autores, a partir de extensa revisão bibliográfica, pretende-se, também, universal. Ou seja, não há menção às especificidades que o caso concreto possa apresentar.

⁹³ PEIXOTO, Ravi de Medeiros. **Standards probatórios no direito processual brasileiro**. 2020. 323 p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

⁹⁴ MORAES, Julia Heloisa de; PUHL, Eduardo. A necessária adoção de um standard probatório no processo penal. **Revista Academia de Direito**, v. 5, p. 744-761, 2023.

⁹⁵ VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. Standard probatório para condenação e dúvida razoável no processo penal: análise das possíveis contribuições ao ordenamento brasileiro. Op. cit.

Os trabalhos mencionados não abordam o controle de convencionalidade, embora qualquer inovação no sentido pretendido deva ser proposta em respeito ao conjunto de normas constitucionais - e não apenas um inciso do artigo 5º - e aos compromissos internacionais. Aliás, como comenta Badaró,⁹⁶ a escolha pelos standards probatórios é, antes de tudo, uma escolha política da sociedade - e, se há tais compromissos do Estado, parece incongruente que sejam ignorados.

Szesz⁹⁷ analisa o rebaixamento do standard em crimes sexuais e a frequentemente invocada - sem maiores estudos aprofundados - condenação com base no depoimento da vítima. Primeiramente, destaca-se que há diferença entre os objetos de pesquisa do autor e do presente artigo, todavia, ambos pretendem analisar a situação com atenção aos direitos humanos das mulheres.

O autor aponta que existe uma tendência de flexibilização dos níveis de exigência de grau de corroboração promovido pelas provas em determinados tipos de crime, como aqueles contra a dignidade sexual. Szesz discorre sobre as especificidades que um caso dessa natureza pode apresentar em termos probatórios, inclusive em relação ao depoimento da vítima.⁹⁸

Distingue-se a “atenção especial” dada para a palavra da vítima, isto é, uma valoração específica da prova, da presunção de veracidade, explicando-se que esta última postura significaria uma inversão do ônus da prova (art. 156 do CPP) e uma “facilitação” do êxito de denúncias caluniosas.⁹⁹ O autor comenta que valoração deve ser livre de estereótipos de gênero, embora a análise se limite à dimensão técnica e não aborde instrumentos internacionais.

O trabalho afirma que o depoimento da vítima deve ser avaliado sem estereótipos de gênero, o que se alinha ao ordenamento jurídico brasileiro,

⁹⁶ BADARÓ, Gustavo. Editorial dossiê Prova Penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos. Op. cit.

⁹⁷ SZESZ, André. O standard de prova para condenação por crimes sexuais: é viável e eficaz a flexibilização da exigência de corroboração probatória em crimes dessa espécie com o objetivo de redução da impunidade? **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**. v. 8. n. 2. Porto Alegre. mai-ago 2022. p. 1007-1041.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem.

inclusive às normas nacionais e internacionais. Contudo, não há menção a instrumentos internacionais nem ao controle de convencionalidade, limitando-se a análise à dificuldade técnica enfrentada pelas vítimas de crimes sexuais.

Veja-se, a presente análise visa verificar a compatibilidade entre as argumentações sobre o tema e o ordenamento brasileiro, considerados, em especial, os instrumentos de maior *status* entre as normas. Embora alguns trabalhos discorram em termos mais compatíveis com o desenvolvimento dos direitos humanos, não há menção às normas internacionais sobre o tema, mencionando-se a Constituição Federal de forma isolada e, muitas vezes, com foco em apenas um de seus princípios.

Em suma, pela análise dos textos, verifica-se que os autores acima citados trabalham com o princípio constitucional da presunção de inocência sob as lentes do garantismo de matriz italiana, sem ao menos “citar entre vírgulas” os tratados de direitos humanos com os quais o Brasil se compromete politicamente. Com algumas exceções, no geral, tampouco é feita a ponderação sobre o conflito de bens jurídicos que pode se apresentar no caso concreto, limitando-se a formulações teóricas e genéricas, com pretensão de aplicação universal.

Deixaram-se, propositadamente, para o fim deste item, os autores Eduardo Cambi e Marcos Vinícius Tombini Munaro,¹⁰⁰ em função da perspectiva pela qual eles abordam o tema em seu texto. Os autores criticam o sistema do livre convencimento e defendem o standard probatório como uma garantia fundamental na valoração da prova.

Não se foca, apenas, nas provas necessárias para a confirmação da hipótese acusatória, mas no direito à prova como um todo enquanto uma segurança às partes de uma avaliação sem vieses cognitivos discriminatórios - estereótipos - e subjetivismos do julgador. Ainda, reconhece-se expressamente

¹⁰⁰ CAMBI, Eduardo; MUNARO, Marcos Vinícius Tombini. Os desafios da valoração da prova no sistema processual brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, a. 17, v. 24, n. 3, p. 58-85, set./dez. 2023.

que nos casos complexos/difíceis (*hard cases*), o Judiciário deverá fazer a ponderação entre os bens jurídicos envolvidos.¹⁰¹

Assim, os autores apresentam abordagem distinta, expressamente aberta ao caso concreto e ao sopesamento de princípios, apesar de não apresentarem uma proposta prática de operacionalização dos standards segundo as balizas por eles preconizadas.

CONCLUSÃO

A partir de revisão bibliográfica, foi delimitado o panorama geral da tutela multinível dos direitos humanos e as normas internacionais aplicáveis, estabelecendo-se a moldura pela qual se enxerga a composição do ordenamento brasileiro, não mais restrito ao plano interno e submetido ao controle de convencionalidade.

É evidente a orientação internacional global e regional para adoção de medidas que rompam a “neutralidade” judicial e garantam equilíbrio processual em casos de violência doméstica, com estabelecimento dos standards mínimos interamericanos e vedação ao retrocesso. A revisão das propostas de standards probatórios mostra ausência de consideração da abertura constitucional aos tratados internacionais em matéria de direitos humanos, do controle de constitucionalidade e convencionalidade.

Verificou-se, ainda, a falta de propostas práticas de como operacionalizar tais institutos, limitando-se à acusação da alegada urgência de adoção do instituto e a ponderações teóricas baseadas em construções estrangeiras.

Parte dos autores defende a aplicação uniforme dos standards, enquanto outros abrem maior espaço à flexibilização conforme a natureza do caso, o que seria aplicável às situações concretas de violência doméstica, ainda que não mencionem, diretamente, toda a normativa constitucional (do bloco de constitucionalidade em perspectiva multinível) envolvida no tema.

¹⁰¹ Ibidem.

A omissão acerca das normas internacionais gera diagnósticos incompletos e compromete pretensões de propositura de inovações legislativas ou jurisprudenciais. Essa limitação, inclusive, pode levar à invalidade, revogação ou condenação do Estado em função de tais institutos, ante o descompasso frente ao direito internacional global e regional.

Destacam-se, todavia, entre as perspectivas trazidas, aquelas de Peixoto,¹⁰² de Szesz¹⁰³ e de Cambi e Munaro,¹⁰⁴ as quais, em certa medida, parecem escapar do quase “lugar comum” em relação às teorizações sobre *standards* probatórios, racionalidade, presunção de inocência e garantismo. Ainda que não haja menção às normas internacionais, esses autores trazem ao pensamento sobre o instituto uma visão mais condizente com os direitos humanos interamericanos: o espaço para o específico.¹⁰⁵

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo. Editorial dossiê Prova Penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, v. 4, n. 1, p. 43-80, jan./abr. 2018. E-ISSN: 2525-510X.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, maio/ago. 2015.

BARBOSA DE SOUZA E OUTROS vs. Brasil. **Corte Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos**. Disponível em:

¹⁰² PEIXOTO, Ravi de Medeiros. **Standards probatórios no direito processual brasileiro**. Op. cit.

¹⁰³ SZESZ, André. O standard de prova para condenação por crimes sexuais: é viável e eficaz a flexibilização da exigência de corroboração probatória em crimes dessa espécie com o objetivo de redução da impunidade?. Op. cit.

¹⁰⁴ CAMBI, Eduardo; MUNARO, Marcos Vinícius Tombini. Os desafios da valoração da prova no sistema processual brasileiro. Op. cit.

¹⁰⁵ “Quando queremos ‘conhecer’ sobre o que falamos quando se trata de direitos humanos, as perguntas do século XXI são as seguintes: estamos diante de direitos inatos que sobrevoam mágica e ‘idealmente’ os contextos de desigualdade presentes na denominada ‘globalização’? [...] Quando falamos e utilizamos o conceito de direitos humanos, não nos referimos à criação de um sistema de relações que nos permita aterrissar real e ‘materialmente’ no mundo em que vivemos?” (FLORES, Joaquín Herrera. A (re)invenção dos direitos humanos. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia et al. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 232).

https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7. reimpr. 97 p.

BORGES, Bruno Barbosa; Piovesan, Flávia. Mecanismos nacionais de implementação das decisões do sistema interamericano. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 81, p. 191-212, jul./dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 466.343-1/SP. Relator: Ministro Cezar Peluso. j. 3 dez. 2008. DJe. 11 dez. 2008. Brasília: STF, 2008. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2343529&numeroProcesso=466343&classeProcesso=RE&numeroTema=60>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corppus 87.585-8/TO. Relator: Min. Marco Aurélio. j. 3 dez. 2008. DJe. 25 jun. 2009. Brasília: STF, 2008. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/integra-do-voto-do-ministro-celso-de-mello-sobre-a-prisao-civil-de-depositario-infiel/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Convenção Americana sobre Direitos Humanos: anotada com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 2. ed. em e-book. Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2022. 470 p.

CAMBI, Eduardo; MUNARO, Marcos Vinícius Tombini. Os desafios da valoração da prova no sistema processual brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, Rio de Janeiro, a. 17, v. 24, n. 3, p. 58-85, set./dez. 2023. CRUZ, Julia Cunha; Piovesan, Flavia. **Curso de Direitos Humanos: sistema interamericano**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 272 p.

DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Trad.: Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

FACHIN, Melina Girardi et al. Tornando real o direito à igualdade entre mulheres e homens: o protocolo do CNJ para julgamento com perspectiva de gênero. **Elas no Jota**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-no-jota/cnj-igualdade-mulheres-e-homens-04112021>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FACHIN, Melina Girardi; OLSEN, Ana Carolina Lopes. Perspectiva de gênero na Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista CNJ: Mulheres e**

Justiça, ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/344>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FACHIN, Melina. Constitucionalismo multinível: diálogos e(m) direitos humanos. **Revista Ibérica do Direito**, v. 1, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2020.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi - posso contar**. 2. reimp., 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012. 251 p.

FERNANDÉZ ORTEGA VS. MÉXICO. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 30 ago. 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_215_por.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 8 jan. 2026.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Tradução: CHOUKR, Fauzi Hassan; GOMES, Luis Flávio; TAVARES, Juarez; ZOMER, Ana Paula. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução: Carlos Roberto Diogo Garcia et al. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. 232 p.

FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789. Trad.: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GONZÁLEZ E OUTRAS VS. MÉXICO. Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sentença de 16 nov. 2009. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 jan. 2026.

LAUDAN, Larry. **Truth, error, and criminal law**. An essay in legal epistemology. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LOPES JR., Aury; ROSA, Alexandre Morais da. Sobre o uso do standard probatório no processo penal. *Consultor Jurídico*, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal>. Acesso em: 29 jun. 2025.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

LUCCHESI, Guilherme Brenner. O necessário desenvolvimento de standards probatórios compatíveis com o direito processual penal brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 156, p. 165-188, jun. 2019.

MARIA DA PENHA vs. Brasil. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos. **Relatório Anual 2000**, Relatório n. 54/01, Caso 12.501, 4 abr. 2001. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMarianaPenha.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. O novo § 3º do art. 5º da Constituição e sua eficácia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 42, n. 167, p. 93-114, jul./set. 2005.

MORAES, Julia Heloisa de; PUHL, Eduardo. A necessária adoção de um standard probatório no processo penal. **Revista Academia de Direito**, v. 5, p. 744-761, 2023.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS - Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo et al. **Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU: Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**. Coordenação: André de Carvalho Ramos et al. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www2.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/31/Caderno%20ONU02122020.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Universal Declaration of Human Rights. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>>. Trad. disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Nova York, 18 dez. 1979<<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>>. Trad. disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Background: International Day for the Elimination of Violence against Women. United Nations, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.un.org/en/observances/ending-violence-against-women-day/background>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres: Resolução 48/104, 20 de dez. de 1993. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <<https://docs.un.org/a/res/48/104>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Pequim, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), 1969. San José, Costa Rica: Organização dos Estados Americanos, 1969. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/tratados_B-32_Convencao_Americana_sobre_Direitos_Humanos.htm>. Acesso em: 8 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. Belém do Pará, 1994. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PEIXOTO, Ravi de Medeiros. **Standards probatórios no direito processual brasileiro**. 2020. 323 p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PIMENTEL, Sílvia. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, 1979. In: FROSSARD, Heloisa (org.). **Instrumentos Internacionais de Direito das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 14-32.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. 720 p.

PRADO, Geraldo. **Prova Penal e Sistemas de Controles Epistêmicos: A quebra da cadeira de custódia das provas obtidas por métodos ocultos**. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

SZESZ, André. O standard de prova para condenação por crimes sexuais: é viável e eficaz a flexibilização da exigência de corroboração probatória em crimes dessa espécie com o objetivo de redução da impunidade? **Revista**

Brasileira de Direito Processual Penal. v. 8. n. 2. Porto Alegre. mai-ago 2022. p. 1007-1041.

TARUFFO, Michele. **La prueba de los hechos**. Tradução: Jordi Ferrer Beltrán. Madrid: Editorial Trotta, 2002.

TARUFFO, Michele. Tres observaciones sobre “por qué um estândar de prueba subjetivo y ambíguo no es un estândar”, de Larry Laudan. Traduzido por: Jordi Ferrer Beltrán. Universidad de Pavía. **Doxa** 28. 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; ROBLES, Manuel E. Ventura. **El futuro de la Corte Interamericana de Derechos Humanos e UNHCR**, 2004. p. 91.

VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. Standard probatório para condenação e dúvida razoável no processo penal: análise das possíveis contribuições ao ordenamento brasileiro. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Revista de Direito GV**: São Paulo. v. 16. n. 2. e1961. 2020.